

Brasil

NOSSA OPINIÃO

O GLOBO

83 AGO 1996

Dentro da expectativa

Nos tempos da inflação aguda, o déficit nominal do setor público no Brasil ultrapassava a casa de 50% do Produto Interno Bruto (PIB). Os vários mecanismos de indexação distorciam de tal maneira as contas públicas no Brasil então que o Fundo Monetário Internacional teve de adotar uma metodologia especial para poder analisá-las.

Assim, as finanças públicas no Brasil costumam ser interpretadas pelo ângulo das receitas e despesas primárias (que excluem juros), operacionais (incluindo os juros) e finalmente considerando toda a movimentação de títulos da dívida pública (nominal). A inflação aguda camuflava, sob a rubrica de correção monetária, uma quantidade infundível de receitas aparentes e despesas efetivas. Depois do real, parte dessas receitas naturalmente desapareceu (daí o atual estado precário das finanças em muitos estados e municípios), enquanto os gastos passaram a crescer de fato, como é o caso da folha do funcionalismo ou dos pagamentos de benefícios a aposentados e pensionistas da Previdência Social.

Dante dessa realidade, até que o comportamento das finanças públicas no Brasil se encontra em uma trajetória positiva, e compatível com o objetivo de estabilidade da moeda.

Os esqueletos que ficavam escondidos dentro do armário foram expostos para que o país soubesse o que seria feito deles. O Banco do Brasil tinha um enorme rombo que precisava ser corrigido por aumento de capital com a participa-

ção do Tesouro Nacional.

Alguns bancos estaduais e privados também entraram em parafuso, obrigando o Governo a intervir para restabelecer a normalidade do sistema e da economia.

Além disso, para defender o real do ataque especulativo desfechado a partir da crise mexicana, as autoridades econômicas precisaram recorrer temporariamente a um aperto monetário interno cavalar que pôs as taxas de juros em níveis quase intoleráveis.

O resultado desse conjunto de fatores foi uma elevação da dívida pública interna. Esse endividamento não chegou a atingir patamar capaz de comprometer o programa de estabilização da moeda.

... não chegou
a um patamar
capaz de
comprometer o
programa

Como estão em curso outros fatores, que devem contribuir para uma redução da dívida global do setor público (amortização progressiva de empréstimos externos, venda de empresas estatais e reformas com impacto direto sobre as demais contas governamentais), espera-se que o quadro melhore gradualmente.

O crescimento da dívida interna não era desejável, mas até aqui existem explicações plausíveis para essa expansão. O segundo semestre será extremamente importante para se chegar a um diagnóstico mais aprofundado da saúde das finanças públicas.

Se o Governo estiver com a razão, ao fim de 1996 o Brasil terá reduzido o déficit público nominal para 5% do PIB e o déficit operacional para 2,5%, cifras bem razoáveis.